São José dos Ausentes, 19 de fevereiro de 2018

Em atendimento a Requisição de documentos e/ou Informações Nº 01/2018 de 22/01/2018 estamos encaminhando as tabela abaixo referente as

**Informações Gerais:**

1. **Lista dos Atos Normativos relacionados ao RPPS:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Identificação do Ato Normativo** | **Data da Publicação** | **Ementa** |
| Lei Nº 125 | 10/11/1994 | Institui o Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAPEN, dos servidores municipais e dá outras providências. |
| Lei Nº 242 | 15/08/1997 | Institui o Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAPEN, dos Servidores Municipais e dá outras providências. |
| Lei Nº 359 | 01/03/2001 | Institui o Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAPEN, dos servidores  municipais e dá outras providencias. |
| Lei Nº 597 | 07/04/2005 | Dá nova Redação ao § 2º do Artigo 2º da Lei nº 359 de 01 de março de 2001. |
| Lei Nº 622 | 30/09/2005 | Reestrutura o Regime Próprio de Previdência do Município de São José dos Ausentes, o plano de custeio e benefícios previdenciários e dá outras providências. |
| Lei Nº 743 | 07/02/2008 | Dá nova redação aos artigos 13, 69 e 70 da Lei Municipal nº 622 de 30 de setembro de 2005. |
| Lei Nº 814 | 26/03/2009 | Autoriza o RPPS – Regime Próprio de Previdência Social a devolver aos cofres Públicos do Município de São José dos Ausentes o montante de R$ 169.762,39. |
| Lei Nº 816 | 26/03/2009 | Abertura de Crédito Especial no valor de R$ 169.762,39. |
| Lei Nº 856 | 05/11/2009 | Dá nova redação aos artigos 13, 69 e 70 da Lei Municipal nº 622 de 30 de setembro de 2005. |
| Lei Nº 862 | 30/12/2009 | **D**á nova redação ao § 7º do artigo 1º da Lei Municipal nº 856 de 05 de novembro de 2009. |
| Lei Nº 890 | 10/06/2010 | Dá nova redação aos artigos 13, 69 e 70 da Lei Municipal nº 622 de 30 de setembro de 2005. |
| Lei Nº 922 | 30/11/2010 | Dispõe sobre o parcelamento de débitos oriundos de contribuições previdenciárias devidas e não repassadas ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. |
| Lei Nº 962 | 26/05/2011 | Dá nova redação ao artigo 13 da Lei Municipal nº 622 de 30 de setembro de 2005. |
| Lei Nº 963 | 26/05/2011 | Dá nova redação aos artigos 69 e 70 da Lei Municipal nº 622 de 30 de setembro de 2005. |
| Lei Nº 1033 | 24/05/2012 | Dispõe sobre o parcelamento de débitos oriundos de contribuições previdenciárias devidas e não repassadas ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. |
| Lei Nº 1040 | 03/07/2012 | Dá nova redação ao artigo 13 da Lei Municipal nº 622 de 30 de setembro de 2005. |
| Lei Nº 1061 | 20/12/2012 | Dispõe sobre o parcelamento de débitos oriundos de contribuições previdenciárias devidas e não repassadas ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. |
| Lei Nº 1085 | 29/05/2013 | Dispõe sobre o reparcelamento e parcelamento de débitos do Município de São José dos Ausentes com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. |
| Lei Nº 1103 | 24/07/2013 | Dá nova redação ao artigo 13 da Lei Municipal nº 622 de 30 de setembro de 2005. |
| Lei Nº 1181 | 26/08/2014 | Dá nova redação ao artigo 13 da Lei Municipal nº 622 de 30 de setembro de 2005. |
| Lei Nº 1234 | 12/05/2015 | Altera a redação DO CAPUT dos Artigos 1º e 2º da Lei 1085 DE 29 DE MAIO DE 2013, que Dispõe sobre o reparcelamento e parcelamento de débitos do Município de São José dos Ausentes com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. |
| Lei Nº 1248 | 27/10/2015 | Dá nova redação ao artigo 13 da Lei Municipal nº 622 de 30 de setembro de 2005. |
| Lei Nº 1258 | 08/12/2015 | Dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de São José dos Ausentes com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. |
| Lei Nº 1260 | 21/12/2015 | Dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de São José dos Ausentes com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. |
| Lei Nº 1317 | 13/01/2017 | Dá nova redação ao artigo 13 da Lei Municipal nº 622 de 30 de setembro de 2005. |
| Lei Nº 1340 | 14/07/2017 | INSTITUI CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA, O COMITÊ DE INVESTIMENTO DOS RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS E O GESTOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DO RPPS PARA REESTRUTURAR A ORGANIZAÇÃO DO RPPS. |
| Lei Nº 1341 | 14/07/2017 | ALTERA O INCISO III, DO ART. 1º, DA LEI MUNICIPAL Nº 1317/2017. |
| Lei Nº 1368 | 16/10/2017 | DISPÕE SOBRE O REPARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS AUSENTES COM SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS. |
| Lei Nº 1379 | 21/12/2017 | DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 13 DA LEI MUNICIPAL Nº 622 DE 30 DE SETEMBRO DE 2005. |

1. Todos os atos normativos relacionados acima se encontram disponíveis na Base de Legislação Municipal do TCE?RS (BLM);
2. Quanto ao Relatório de Auditoria da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda (antigo Ministério da Previdência Social) do período de 2015 a 2017, não houve auditoria neste período sendo que a última auditoria foi em fevereiro de 2013 , o auditor Helvio Luiz Millani da Previdência Social , informou ao Município que estará auditando o RPPS do Município no 1º semestre de 2018, sendo que o período a ser auditado corresponderá jan/2013 ao mês da auditoria em 2018.